

A Transformação da Qualidade da Educação Básica Pública no Brasil

O Contexto da Educação Básica no Brasil

Nas últimas décadas o Brasil fez importantes avanços na educação básica, sendo o mais importante deles a universalização do acesso. Entretanto, imensos desafios ainda permanecem para a nossa sociedade no tocante à educação das nossas crianças. Entre eles, **o maior desafio é, sem sombra de dúvida, a melhoria da qualidade da educação básica pública** (1º ao 9º ano e Ensino Médio).

Em pleno século 21, oferecemos um dos piores sistemas de ensino do mundo às nossas crianças:

- Apenas 11% dos alunos do 3º ano do Ensino Médio sabem o conteúdo esperado de Matemática, e 28,9%, o de Língua Portuguesa (Todos pela Educação/SAEB/09).
- Pontuamos, dentre os 65 países que participaram do PISA 2009, entre os piores países do mundo quando se trata de educação básica: 57º em Matemática, 53º em Leitura e 53º em Ciências. (PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - 2009).
- 49,8% dos jovens brasileiros de 19 anos não conseguiram concluir o Ensino Médio (Todos Pela Educação/PNAD/IBGE 09). Dos que conseguem concluir, cerca de 10% apresentam um desempenho considerado adequado ao término da sua série.
- 36,6% dos jovens de 16 anos não terminaram o ensino fundamental (até o 9º ano). (PNAD-2009).
- Apenas 14,4% dos nossos jovens de 18 a 24 anos frequentam o ensino superior (PNAD-2009). 74% da população brasileira não conseguem entender um texto simples (INAF, Indicador de Analfabetismo Funcional - Instituto Paulo Montenegro).

Os números são estarrecedores e levam à inquestionável conclusão de que, há gerações, estamos marginalizando da sociedade dezenas de milhões de crianças e jovens brasileiros. A educação de baixa qualidade é tida como a principal causa do alto grau de violência, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e já se reflete na estrutural falta de profissionais qualificados necessários para podermos trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Mais grave ainda, do ponto de vista humano, é não proporcionar a milhões de crianças e adolescentes a chance de maximizar o seu potencial, submetendo-os à marginalidade, a subempregos ou a trabalhos manuais de pouco valor agregado, sem lhes dar chance de mobilidade profissional ou social.

Há um consenso entre os experts em educação pública de que a prioridade absoluta da educação brasileira deve ser a melhoria de ensino nas séries iniciais. Trata-se do investimento mais eficiente em termos de resultados apurados e irá formar os pilares de uma melhor formação de mão de obra, mobilidade social, redução de criminalidade, etc.

As melhorias implantadas nos últimos anos pelos governos federal, estaduais e municipais se mostram tímidas e de caráter “evolutivo”, ou seja, contemplam ações que visam melhorar o sistema existente de forma gradual, sujeitando-se às “realidades” político-partidárias, corporativas e orçamentárias. O crescimento do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – de 2007 para 2009, numa escala de zero a 10, apresentou os seguintes resultados: no Ciclo I do Ensino Fundamental passou de 4,2 para 4,6; no Ciclo II passou de 3,8

para 4,0; e no Ensino Médio, com o pior desempenho, passou de 3,5 para 3,6. **Nesse diapasão, o país consumirá diversas gerações até reduzir seu enorme déficit educacional e alcançar um nível apenas regular, ainda insatisfatório, de qualidade de ensino.**

Segundo um estudo divulgado recentemente pela Economist Inteligence Unit, a educação é o gargalo mais importante para o Brasil realizar o seu potencial econômico.

Como nação, não podemos esperar mais.

Evento Propostas Transformadoras para Melhoria da Qualidade da Educação Básica

No dia 25/5/2010, as entidades signatárias reuniram 12 experts em educação pública no Brasil para responder à seguinte questão: *Caso fosse eleito Presidente da República ou Governador do Estado, quais as cinco grandes ações/iniciativas transformacionais que tomaria para efetivamente resolver o problema da qualidade do Ensino Público Básico a fim de que o país possa atingir os níveis educacionais dos países desenvolvidos até o ano de 2022?*

Foram eles: Cláudio de Moura Castro, Eduardo Giannetti da Fonseca, Eunice Durham, Francisco Soares, Guiomar Namo de Mello, Jamil Cury, Luis Carlos Menezes, Maria Helena Guimarães de Castro, Mauro Aguiar, Mozart Neves Ramos, Reynaldo Fernandes e Ruben Klein.

Não se buscavam meras sugestões para integrar um programa de governo para o próximo mandato, mas sim propostas ambiciosas e transformacionais, sem as ditas “restrições político-partidárias ou orçamentárias”, para que a nação, em curto espaço de tempo, elimine o enorme fosso existente entre a qualidade da educação básica brasileira e aquela dos países mais desenvolvidos.

Sob a coordenação da consultoria McKinsey e do jornalista Gilberto Dimenstein, os palestrantes apresentaram suas propostas e, em seguida, realizou-se um debate dos macrotemas abordados em conjunto com os convidados ao evento – indivíduos com larga experiência no campo da educação pública.

Entendemos que não existe uma fórmula mágica ou mesmo única para solucionar um problema de tal magnitude. **O país precisa de uma liderança corajosa e eficiente que viabilize uma série de medidas transformacionais, que ataquem os problemas nas suas raízes.** Há diversos exemplos de nações que, em determinada época da sua história, se mobilizaram para atacar de frente este mesmo problema. Os casos da Coreia de Sul e da Irlanda, na década de 70, e da Inglaterra e do Chile, nos anos 90, são bastante conhecidos como exemplos bem-sucedidos. Os EUA realizaram a sua revolução transformacional na educação pública em 1870 (os investimentos em educação mais do que dobraram em duas décadas). Há indícios de que a China tem realizado um investimento histórico em educação nas últimas duas décadas com resultados surpreendentes, como demonstrou o resultado do PISA de 2009. Além disso, há um volume significativo de pesquisa no mundo acadêmico apontando para as soluções que efetivamente teriam um impacto positivo na solução desse problema.

Houve uma importante convergência de prioridades entre os especialistas reunidos quanto às ações que poderiam efetivamente resolver o problema da educação brasileira, mostrando que é menos uma questão do “que fazer” e mais uma questão de “quem e quando fazer”. Precisamos de uma liderança forte e corajosa para combater os interesses políticos e corporativistas existentes, resiliência e continuidade na implantação das políticas adotadas, bem como eficiência administrativa no manejo da coisa pública.

As propostas abaixo foram desenvolvidas a partir dessas discussões. As conclusões expostas refletem as posições do grupo nas suas grandes linhas, mas pode haver divergências pontuais e são de inteira responsabilidade e autoria das entidades participantes. Para quem quiser conhecer as propostas individuais apresentadas pelos 12 palestrantes, favor acessar o site www.parceirosdaeducacao.org.br/propostastransformadoras.

Uma Visão para Transformar a Educação Básica Brasileira

Resumo

O ponto de partida desta “transformação” consiste em uma ampla **mobilização da sociedade em torno do problema da qualidade da educação básica**. Só com a liderança dos novos governantes e participação de todos os setores da sociedade civil teremos a capacidade coletiva de superar os desafios.

Esse objetivo, por sua vez, deve ser viabilizado mediante um ambicioso **Plano multipartidário e plurianual de transformação**, que ultrapasse as tradicionais limitações de mandatos, esferas governamentais e alianças políticas, acompanhado diretamente pelo Presidente da República junto a um **Comitê de Acompanhamento da Reforma Educacional**.

Finalmente, esse plano deverá ser dirigido para **seis macrotemas fundamentais**, sugeridos como as ações de maior impacto a serem realizadas nos próximos anos:

1. Reestruturação da Formação e da Carreira do Magistério
2. Criação de um Currículo Mínimo Nacional e Aperfeiçoamento das Avaliações
3. Reforma da Estrutura da Escola e Novos Sistemas de Ensino
4. Fortalecimento da Liderança e da Capacidade de Gestão nas Escolas
5. Reforma do Ensino Médio
6. Reforço das Políticas de Investimento

Mobilização da Sociedade em Torno do Problema da Qualidade da Educação Pública

Entendemos que caberá ao novo líder da nação, aos Governadores dos Estados e Prefeitos dos municípios liderar uma ampla mobilização da sociedade em torno da necessidade de se promover uma significativa melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil.

Uma das razões pelas quais o país apresenta um dos piores índices do mundo na qualidade de ensino público é que há certa satisfação da população com a educação pública em geral, na medida em que existem escolas disponíveis para todas as crianças. **A população em geral, notadamente a menos favorecida e titular do maior número de votos, não reconhece a péssima qualidade da nossa educação**. Isso é comprovado através de diversas pesquisas. Desta forma, a sociedade não exerce a devida pressão sobre as classes política, sindical e empresarial para priorizar investimentos neste que consideramos o maior desafio do país.

É responsabilidade das lideranças políticas mobilizar, com apoio de setores da sociedade civil, unir a sociedade em torno desse tema e estabelecer um amplo pacto (vide item 2 abaixo) para

enfrentarmos com coragem o desafio que se coloca ao Brasil, quebrando paradigmas e superando obstáculos de difícil transposição política.

Essa mobilização pode ocorrer através de diversas formas, como, por exemplo:

- ampla divulgação da real situação da qualidade da Educação Básica do país, alertando a população no sentido de que mudanças transformacionais serão necessárias para corrigir este problema;
- obtendo o engajamento da mídia e acionando novos meios de comunicação viral;
- fortalecendo instituições da sociedade civil militantes na área de educação, coordenando campanhas esclarecedoras à população e aos formadores de opinião;
- fortalecendo Associações de Pais e Mestres das escolas, incentivando os pais e as comunidades a se envolverem mais com a educação dos seus jovens; e
- de forma geral, mobilizando as classes política, sindical e empresarial em torno do tema.

O movimento Todos Pela Educação é um grande avanço nesta direção e tem realizado um papel importante para a sociedade. Aprofundar esta conscientização e mobilização será um passo fundamental para a transformação da educação brasileira.

Plano Multipartidário e Plurianual para a Melhoria da Qualidade da Educação Básica no Brasil

A falta de continuidade das políticas educacionais é uma das grandes responsáveis pela grave situação da nossa educação pública. Prof. Jamil Cury

A Presidência da República e os Governadores de Estados, em conjunto com representantes dos municípios e demais parcelas da sociedade civil, devem se unir em torno de um **Programa Multipartidário e Plurianual** (20 anos) visando a transformação da qualidade da Educação Básica no Brasil, enfocando os macrotemas principais descritos abaixo.

O detalhamento do plano caberá a um grupo de especialistas em educação, que efetivamente tenham tido uma vivência prática e não dogmática das políticas educacionais brasileiras e conhecedores de políticas de sucesso adotadas inclusive por outros países.

Em seguida, este novo Plano deverá ser amplamente debatido e incorporado pela sociedade, com a sua consequente tramitação no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais.

Os signatários de forma alguma subestimam as dificuldades de se elaborar e implementar um plano ambicioso, não-dogmático e transformacional para a educação pública brasileira. A história da educação pública brasileira registra diversas situações semelhantes (como, por exemplo, o Manifesto dos Pioneiros de '32) em que, apesar da solidez das propostas apresentadas, não houve resiliência, eficiência, vontade política e continuidade por parte dos nossos governantes para que as mesmas fossem bem-sucedidas.

É nesse sentido que propomos a criação, por lei, de um **Comitê de Acompanhamento da Reforma Educacional**, ligado diretamente à Presidência da República, para acompanhar as iniciativas e os resultados obtidos pelo Plano, propor correções de rumo, dar publicidade aos acertos e erros das

políticas educacionais adotadas pelos governos federal, estaduais e municipais, bem como dar continuidade às políticas educacionais desenvolvidas pelos governos anteriores, que muitas vezes são interrompidas por interesses político-partidários.

Esse Comitê seria formado por representantes da classe política, sindicatos, academia e empresariado, com experiência na questão da educação pública brasileira, e contaria com uma equipe de consultores para acompanhar, de forma independente, a evolução e implementação do Plano. O Comitê se reuniria regularmente com o Presidente, Governadores de Estado, representantes dos municípios, propondo novos caminhos, bem como relatando a eficácia das iniciativas adotadas.